



1290000940



IE

TCC/UNICAMP R147a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
CE B51 - MONOGRAFIA II

"A ACESITA E A SIDERURGIA NACIONAL NA DÉCADA DE 80"

*Nota de avaliação: 7,0
Fórmula desta monografia: 4,5
Nota de avaliação final: (5,1)*

*Comentário: O aluno fez uma excelente
e interessante pesquisa de pesquisa, mas apresenta
um trabalho de monografia correspondente. A
tese considera o trabalho em questão como
suficiente para a aprovação.*

ALUNO : WALTER LUCIANO SIMON RAMOS
PROF. ORIENTADOR : MIGUEL JUAN BACIC
BANCA : CLAUDIO SCHULER MACIEL



JUNHO DE 1992

639000940

ÍNDICE

CAPITULO PRIMEIRO : ASPECTOS GERAIS DO SETOR SIDERURGICO - Pg. 1

CAPITULO SEGUNDO : O CASO ACESITA - Pg. 15

CONCLUSÃO : CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA : Pg. 37

ANEXO ESTATISTICO : Pg.38

APRESENTAÇÃO

Esta monografia procura analisar o desempenho da ACESITA (Companhia Aços Especiais de Itabira), durante a década dos 80 . Esta companhia é uma das principais empresas do setor . A análise é efetuada situando a empresa dentro do contexto maior do setor siderúrgico .

No capítulo primeiro são levantados alguns aspectos gerais sobre o assunto, com o intuito de situar a importância da siderurgia nacional no contexto internacional . No capítulo segundo, após situar a ACESITA dentro do contexto histórico , é feito uma análise do desempenho econômico- financeiro da empresa ao longo da última década , a partir de alguns indicadores de avaliação da estrutura patrimonial e de resultados. O último capítulo destinado à conclusão do tema , onde se busca detectar algumas das dificuldades atuais e futuras colocadas diante de empresas como a ACESITA .

A intenção deste trabalho é tentar mostrar que, apesar de deter algumas vantagens comparativas frente a outros importantes países produtores de aço , a indústria siderúrgica nacional dificilmente teria chegado a esta posição se não fosse a ação decidida do Estado. Ação esta que, na discussão que hoje se trava sobre o papel do Estado , esta sendo bastante questionada a partir do processo da privatização levado a efeito pelo governo federal .

CAPÍTULO PRIMEIRO

ASPECTOS GERAIS DO SETOR SIDERÚRGICO

I.1 EVOLUÇÃO DO MERCADO MUNDIAL

A evolução da produção siderúrgica mundial e do consumo de aço nos últimos vinte anos , além do deslocamento dos polos produtores têm sido objeto de inúmeros estudos efetivados por especialistas da área.

O consumo mundial de aço tem sido mais afetado, em peso, que a maioria dos produtos concorrentes. Os fatores apontados para isso são : melhorias na qualidade do aço e nos rendimentos obtidos nas usinas ; deslocamento do aço por materiais competidores ; mudanças no projeto dos produtos , onde o aço é usado ; e mudanças estruturais nos setores consumidores.

O avanço de outros materiais tem-se feito sentir mais nos setores de equipamento de transporte , embalagem e containers, e fabricação de máquinas . Há fatores específicos que determinam a escolha de um ou outro material , tais como : econômicos ; técnicos ; restrições comerciais ; moda ; gosto pessoal ; etc. Os dois primeiros são os mais importantes , embora as restrições comerciais talvez passem a ter uma influência crescente .

O fator econômico pode ser subdividido em : preço ; custo de transformação ; custo de manutenção ; custo de disposição ; e valor residual da sucata .

O fator técnico pode ser entendido em termos das propriedades do material : densidade ; limites da elasticidade ; limite da resistência (à tração e à compressão) ; módulo de elasticidade ; condutividade térmica ; resistência ao impacto ; resistência à fadiga ; resistência à corrosão ; etc. Estas características técnicas tem reflexos nos custos de fabricação ou de transformação , como : usinagem ; estampagem ; dobramento ; corte ; soldagem ; revestimentos ; pintura ; entre outros.

Os preços do aço aumentaram bastante até 1974, o que facilitou a penetração de materiais concorrentes . A partir de 1974 outros materiais tiveram elevações de preço acima das ocorridas com o aço . Assim, os avanços recentes dos outros materiais devem ter sido causados mais por razões de custos de transformação , manutenção e de operação e também, por fatores ligados à evolução técnica desses outros materiais; que

por razões de preço. Neste período ,e após o primeiro choque do petróleo, houve no setor de equipamentos de transporte uma tendência generalizada de se buscar economia de combustível , sendo que uma das formas óbvias de se obter isso foi através da redução do tamanho e do peso dos veículos . Como se sabe , a indústria automobilística sempre foi uma das maiores consumidoras de produtos siderúrgicos a nível mundial; e ao ser buscada aquela redução , o aço leva desvantagem frente a seus concorrentes mais diretos , o alumínio e o plástico , que são mais leves em termos de peso quando comparados ao aço.

Entre 1980 e 1988, a produção mundial de aço bruto passou de 716,2 milhões de toneladas para 780 milhões de toneladas, resultando num crescimento global da ordem de 8,9 % em dez anos . Cabe lembrar que , apesar da evolução registrada na produção de aço, ela não retrata adequadamente a realidade desta atividade , até por que as oscilações ocorridas no período citado são bastante significativas , não projetando nenhuma tendência positiva consistente. É preciso levar em conta que o ramo siderúrgico está intimamente ligado à performance econômica mundial e de cada país , envolve alta tecnologia , exige elevados investimentos , além de demandar longo período para que se ocorra aumento na capacidade de produção .

O Quadro I.1 a seguir apresenta a evolução da produção mundial de aço bruto ,com base em levantamento de 34 países, durante a década de 80.

QUADRO 1.1 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO (em milhões de toneladas)

PAISES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
URSS	147,9	148,5	147,2	152,5	154,2	154,5	160,7	161,4	164,0
JAPÃO	111,4	101,7	99,5	97,2	105,6	105,3	78,3	78,5	105,7
EUA	101,5	109,6	67,6	76,8	83,9	80,1	74,0	81,0	90,8
CHINA	37,1	35,6	37,1	40,0	43,4	46,7	51,7	55,3	59,0
ALEMANHA OCIDENTAL	43,8	41,6	35,7	35,7	39,4	40,5	37,1	36,3	41,0
ITALIA	26,5	24,3	24,0	21,8	24,1	23,9	22,9	22,8	23,7
BRASIL	15,3	13,2	13,0	14,7	18,4	20,5	21,1	22,1	24,7
FRANÇA	23,2	21,3	18,4	17,6	19,0	18,8	17,9	17,7	19,0
REINO UNIDO	11,3	15,6	13,7	15,0	15,1	15,7	14,7	17,2	19,0
POLONIA	19,5	15,7	14,8	16,2	16,5	16,1	17,1	17,0	17,0
COREIA DO SUL	8,6	10,8	11,8	11,7	13,0	13,5	14,6	16,8	19,1
TCHECOSLOVAQUIA	14,9	15,3	15,0	15,0	14,8	15,0	15,1	15,4	15,4
ROMENIA	13,2	13,0	13,1	12,6	14,4	13,3	14,3	15,0	15,0
CANADA	15,9	14,8	11,9	12,8	14,7	14,6	14,1	14,7	15,2
ÍNDIA	9,5	10,3	11,0	10,2	10,5	11,5	12,2	12,6	14,2
ESPAÑA	12,6	12,9	13,1	13,0	13,5	14,2	12,0	11,9	11,7
BELGICA	12,4	12,4	10,0	10,2	11,3	10,7	7,7	7,8	11,2
COREIA DO NORTE	5,8	5,5	5,8	6,1	6,5	8,4	9,2	9,5	6,8
ÁFRICA DO SUL	9,1	7,0	8,2	7,0	7,7	8,5	8,9	8,8	8,8
ALEMANHA ORIENTAL	7,3	7,5	7,2	7,2	7,6	7,9	8,	8,2	8,3
MEXICO	7,1	7,6	7,1	6,7	7,5	7,3	7,2	7,4	7,8
TURQUIA	2,5	2,4	2,8	3,8	4,3	5,0	5,9	6,9	8,0
AUSTRÁLIA	7,6	7,6	6,4	5,6	6,3	6,6	6,7	6,1	6,3
FORMOSA	3,4	3,2	4,2	5,0	5,0	5,1	5,5	5,6	8,3
PAÍSES BAIXOS	5,3	5,5	4,4	4,4	4,5	5,7	5,5	5,3	5,5
SUECIA	4,2	3,8	3,9	4,2	4,7	4,8	4,7	4,6	4,8
IUGOSLAVIA	3,6	4,0	3,8	4,1	4,2	4,5	4,5	4,3	4,5
AUSTRIA	4,6	4,7	4,3	4,4	4,9	4,7	4,3	4,2	4,6
ARGENTINA	2,7	2,6	2,7	2,7	2,6	2,7	3,2	3,6	3,6
HUNGRIA	3,8	3,6	3,7	3,6	3,8	3,6	3,7	3,6	3,5
VENEZUELA	2,1	2,0	2,2	2,3	2,7	3,0	3,4	3,7	3,6
LUXEMBURGO	4,6	3,8	3,5	3,3	4,0	3,9	3,7	3,3	3,7
BULGÁRIA	2,6	2,5	2,6	2,8	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0
FINLÂNDIA	2,5	2,4	2,4	2,4	2,6	2,5	2,6	2,7	2,8
OUTROS PAÍSES	12,8	12,4	12,3	14,0	15,0	16,9	17,9	18,5	20,4
TOTAL	716,2	707,7	644,8	663,3	709,9	719,1	715,4	734,7	780,0

É possível constatar com base no Quadro I que em 10 anos, a distribuição da produção mundial de aço bruto sofreu algumas alterações . No que diz respeito ao papel do Brasil, percebe-se que ele sempre ocupou lugar de destaque na produção global. Aparece em 1980 como décimo maior produtor mundial, e perde posições nos dois anos seguintes . Reage em 1983, para a partir de então , chegando a atingir o sexto lugar em 1988 .

1.2 A PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO NA AMÉRICA LATINA

A superioridade brasileira na produção de aço bruto é marcante quando comparada com os demais países latino-americanos e da América Central .

Nota-se aqui também a presença de outro fenômeno de abrangência mundial , qual seja , a tendência geral de crescimento , com exceção dos anos de 1980 , 1981 e 1982 , que se constituíram , sem sombra de dúvida , nos anos de mais baixa produção tanto a nível regional quanto a nível mundial.

Relacionando a produção de 1980 a 1988, verifica-se uma evolução da ordem de 47 % , sendo que os 4 maiores produtores da América Latina contribuíram , ao final do período, da seguinte forma : Brasil 58 % ; México 18 %; Argentina 8,5% ; e Venezuela com 8,6 % .

O quadro 1.2 a seguir mostra a evolução da produção latino-americana de aço bruto :

QUADRO I.2 - PRODUCAO DE ACO BRUTO NA AMERICA LATINA
(em toneladas)

PAISES	1980	1981	1982
Argentina	2.725.100	2.577.000	2.897.100
Brasil	15.338.957	15.230.460	12.996.417
Colombia	404.900	422.400	408.800
Chile	711.800	656.700	489.800
Equador	16.100	26.200	27.200
Mexico	7.062.100	7.617.700	7.053.300
Peru	470.900	355.300	272.600
Uruguai	16.700	13.300	19.600
Venezuela	2.076.500	2.034.000	2.215.100
Trinidad e Tobago			
America Central	110.400	110.400	42.500
TOTAL	28.928.257	27.045.660	26.424.517

PAISES	1983	1984	1985
Argentina	2.926.700	2.614.100	2.940.600
Brasil	14.670.618	18.385.164	20.450.164
Colombia	406.400	478.700	530.400
Chile	611.000	684.600	681.400
Equador	21.700	21.100	19.700
Mexico	6.968.900	7.542.300	7.274.700
Peru	208.30	331.000	410.700
Uruguai	37.600	43.500	39.000
Venezuela	2.320.300	2.700.000	3.035.900
Trinidad e Tobago	219.200	157.000	167.100
America Central	45.200	103.400	78.000
TOTAL	28.576.118	33.281.084	35.647.761

PAISES	1986	1987	1988
Argentina	3.242.900	3.624.100	3.621.600
Brasil	21.239.825	22.227.502	24.656.900
Colombia	602.300	704.800	717.800
Chile	702.600	728.600	899.100
Equador	16.400	25.800	23.400
Mexico	7.186.500	7.378.300	7.794.000
Peru	486.900	459.100	485.700
Uruguai	30.800	31.100	29.200
Venezuela	3.466.700	3.670.700	3.655.600
Trinidad e Tobago	332.600	361.100	361.500
America Central	133.700	126.100	116.600
TOTAL	37.441.425	39.357.402	42.423.700

Constata-se assim a liderança da produção nacional durante todos os anos da década passada , chegando a responder inclusive por mais da metade da produção regional em alguns anos como 1980 , 1983 , 1986 , e demais .

I.3 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE AÇO NO BRASIL

Ao se observar a produção de aço bruto no Brasil de 1980 a 1988 , percebe-se que entre 1980 e 1982 a produção nacional esteve em declínio - acompanhando a já citada queda ocorrida a nível internacional .A partir de 1983 ocorre um movimento de recuperação acentuada , se expressando em níveis cada vez mais elevados de produção nos anos seguintes. Em termos de variação no período , o Brasil apresentou um salto de 61 % !

QUADRO I.3 - PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO NO BRASIL

ANOS	PRODUÇÃO - 10 ⁶ Toneladas
1970	5,4
1980	15,3
1981	15,0
1982	13,0
1983	14,7
1984	18,4
1985	20,4
1986	21,2
1987	22,2
1988	24,6

Já a importação de produtos siderúrgicos tem apresentado um decréscimo a nível de tonelagem . Se em 1980 o Brasil

importou 664.768 toneladas , em 1988 este numero chegou a 112.000 t. ,portanto uma variação negativa de mais de 80% !

O setor de exportação de produtos siderúrgicos por sua vez , tem apresentado uma boa performance em termos evolutivos . No tocante à quantidade saltamos de 1.515.212 toneladas em 1980 para 10.895.800 toneladas em 1988 , portanto, um acréscimo de 619 % em 9 anos .

I.4 ANALISE COMPARATIVA DA SIDERURGIA NACIONAL

Se se analisa as chamadas vantagens "naturais" que tem desfrutado as empresas produtoras de aço no Brasil , a avaliação pode não se tornar tão negativa . Porém , se o aspecto a ser levado em conta for tanto as condições de financiamento como a questão tecnológica , a resposta aí sim não será das mais promissoras .

O espaço a ser ocupado pelo Brasil no novo cenário internacional pode ser melhor analisado através de quatro elementos básicos : custos operacionais ; mercado ; tecnologia e financiamento .

Quanto aos Custos Operacionais a tabela a seguir permite uma comparação da situação brasileira frente a três importantes países produtores :

QUADRO 3.1 - COMPARATIVO DE CUSTOS DO AÇO
(unidade : US\$ / t.aço)

<i>Itens de Custo</i>	<i>EUA</i>	<i>JAPAO</i>	<i>ALEMANHA</i>	<i>BRASIL</i>
Minério de Ferro	85	52	50	17
Ferro	76	43	34	13
Fundentes e Ligas	22	22	21	17

Carvo ^{es}	59	60	73	67
Mão-de-Obra	132	68	81	76
Depreciação	30	31	18	44
Miscelânea	88	66	50	37
<i>Sub-total dos Custos</i>	492	342	327	271
<i>Custos Financeiros</i>	15	28	12	160
<i>TOTAL DOS CUSTOS</i>	507	370	339	431

A soma dos gastos com matérias-primas , energia e mão-de-obra representam mais da metade dos custos básicos , sendo que os custos financeiros participam com o elevado percentual de mais de 37 % do total de custos . E comparativamente a participação mais elevada , refletindo a problemática questão do financiamento , a ser tratada mais a frente .

No sub-item Mão-de-Obra , os gastos no Brasil são superiores aos do Japão , mas inferiores aos apresentados pela Alemanha . Isto reflete , entre outras coisas , que o maior grau de automação obtido pelos japoneses possibilitam menores despesas com salários . O valor do Brasil , ligeiramente superior ao do Japão , reflete além de uma maior utilização de mão-de-obra , uma menor remuneração relativa desta .

Quanto aos gastos de Energia , a vantagem brasileira é considerável. Como o governo manteve durante alguns anos uma compressão tarifária , foi possível reduzir os gastos a ela referentes . Este quadro vem sofrendo alterações , como se vê pela tentativa de recomposição das tarifas públicas em ge

ral , embora ainda não comprometendo a melhor posição das empresas siderúrgicas situadas no Brasil .

Duas das mais importantes Matérias-primas , que são o Minério-de-Ferro e o Carvão , são também obtidos de forma bastante vantajosa . O minério-de-ferro apresenta boa qualidade e custos de produção imbatíveis ; enquanto que o carvão é passível de ser importado , quando necessário , a preços competitivos . Cabe esclarecer que no caso da ACESITA inclusive , suas florestas industriais (fornecedoras de insumo para a produção carbonífera) , atingiram níveis de produtividade semelhante aos verificados em países de tradição na exploração madeireira , como Escandinávia e Austrália .

Porém quando se fala das condições de Mercado , o panorama já não é tão favorável assim . Um dos maiores consumidores locais de aço é a indústria automobilística e como esta atravessa séria crise em termos de produção , o reflexo disto se faz sentir sobre as vendas das empresas siderúrgicas em geral . O conjunto dos demais demandantes nacionais também tem enfrentado dificuldades quanto à capacidade de enfrentar a recessão , situação esta que deve perdurar no no curto prazo . A nível de mercado internacional a situação não é muito diferente . As novas acomodações nos terrenos da política e da economia sugerem um acirramento na disputa em vários mercados , dificultando o acesso de países como o Brasil . Isto sem falar na recessão internacional , que tem atingindo importantes países consumidores , como é o caso dos EUA e alguns países da Europa .

No campo da Tecnologia , algumas empresas apresentam relativo avanço quando comparadas com outras empresas de nível internacional . Porém , a rapidez com que tem se processado tal avanço nos países mais desenvolvidos em áreas como a micro-eletrônica , química fina , biotecnologia , etc , ampliará o fosso que separa o conjunto da indústria local do que há de mais moderno nos outros países , tornando cada vez mais difícil a superação deste obstáculo .

O pronunciamento mais recente do governo brasileiro sobre tal assunto foi feito durante o Seminário Interno promovido pelo próprio presidente da República com toda sua equipe . Segundo palavras do Secretário de Minas e Metalurgia , Luís André Rico Vicente , o atraso tecnológico do Brasil " é brutal " , sendo necessários investimentos da ordem de U\$ 2 bilhões nos próximos 4 anos para superá-lo . Em matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo de 17/05 de 1992 ainda é possível ler : " que este ano as empresas , ao contrário do ano passado , terão a rentabilidade reduzida pela retração dos mercados externo e interno . Rico Vicente afirmou ainda que a siderurgia brasileira terá muitas dificuldades no mercado externo . No mercado americano , o fim do acordo de restrição voluntária , que estabelecia cotas de exportações anuais para os Estados Unidos , representará um duro golpe para as exportações nacionais . A incerteza em relação aos resultados do acordo que está sendo discutido na Rodada do Uruguai do GATT é outro complicador nesse quadro , segundo ele . "

1.5 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

O quadro a seguir oferece um panorama claro de como a produção nacional de aço bruto se distribui entre as diversas empresas do setor. É possível perceber que as empresas de maior produção mantiveram uma presença constante de destaque durante o período observado. São elas: COSIPA; USIMINAS; CSN; BELGO-MINEIRA; MANNESMANN; COSIGUA; com a ACESITA sempre ocupando uma posição entre as dez maiores do ramo.

QUADRO I.4 - PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO POR EMPRESA
(em milhares de toneladas)

EMPRESAS	1983	1984	1985	1986	1987	1988
ACOMINAS				636	1,844	2,121
CSN	2,864	2,468	3,414	3,636	3,984	3,925
COSIPA	2,919	2,811	2,640	2,322	2,261	2,894
CST	56	2,299	3,193	3,404	3,457	3,241
USIMINAS	2,690	3,163	3,328	3,073	2,874	4,120
ACESITA	590	731	701	730	689	768
ALIPERTI	268	313	309	274	253	282
BARRA MANSÁ	212	218	201	233	251	355
BELGO-MINEIRA	813	842	855	805	857	915
CIMETAL	145	180	215	201	194	12
COSIM	91	41				
LAFERSA	31	37	39	38	40	42
MANNESMANN	467	751	736	842	698	757
PAIRS	227	286	315	346	322	378
PIRATINI	109	170	177	193	193	200
USIBA	242	270	286	316	218	229
ACONORTE	183	197	185	217	202	220
ANHANGUERA	265	345	329	341	301	302
ACOS IPANEMA	86	98	92	100	93	111
CBA	34	37	38	40	40	34
CEARENSE	21	49	54	68	62	70
COBRASMA	23	48	59	61	43	40
COFAVI	148	168	192	181	267	293
COMESA	34	37	36	42	39	42
COPALA	7	10	9	12	12	12
COSIGUA	658	782	817	906	1,033	1,104
COSINOR	11	43	59	62	67	70
OEDINI	244	288	303	313	305	330
ELETROMETAL	24	32	38	39	39	37
GUAIRA	178	235	280	260	304	333
ITAUNENSE	105	114	114	108	121	121
MAFERSA	34	56	62	60	60	53
MENDES JUNIOR		171	371	413	377	502
RIOGRANDENSE	220	240	256	269	253	270
VIBASA	205	325	349	380	383	389
VILLARES	56	76	84	82	79	74
ZANINI	18	21	19	16	12	9
Outros	394	432	297	212		
TOTAL	14,671	18,386	20,455	21,233	22,228	24,656

Nota-se no quadro anterior a presença marcante do setor estatal no conjunto da produção siderúrgica . Presença esta que se manifestou desde a origem da indústria siderúrgica no país , e se reforçou ao longo dos anos para só agora , durante o governo Collor de Melo , ser colocada em questão .

As razões para a expressiva inserção do setor estatal neste segmento industrial apontam em primeiro lugar para a insuficiência do capital privado nacional em arcar com os elevados volumes de inversões exigidos por este tipo de empreendimento . Neste particular , o caso da ACESITA é esclarecedor, já que nos mostra como se processou a sua "estatização" .

A análise deste caso e o estudo do desempenho econômico financeiro da empresa será objeto de estudo do capítulo segundo .

CAPITULO SEGUNDO

O CASO ACESITA

A ACESITA é uma importante empresa do setor siderúrgico nacional . Sua história apresenta elementos suficientes para que se possa discutir com maior clareza a questão das alternativas de superação das dificuldades apresentadas pelo setor siderúrgico .

Para estudar o caso Acesita apresentaremos em primeiro lugar um breve histórico da empresa . Em segundo lugar será analisado o desempenho econômico-financeiro da empresa durante a década de 80 .

II.1 HISTORIA DA ACESITA

A ACESITA (Companhia Aços Especiais de Itabira) , surge em 1944 com o propósito inicial de produzir anualmente 60.000 toneladas de aços especiais . Logo no seu surgimento

manifestam-se dificuldades quanto à forma de financiar a implantação da empresa.

A idéia inicial era de que se trataria de uma iniciativa de cunho privado , com um custo inicial de instalação da usina orçado em Cr\$ 160.000.000,00 (valores da época). Estabeleceu-se que Cr\$ 64 milhões viriam dos acionistas e Cr\$ 96 milhões seriam obtidos no mercado financeiro (particularmente através da Agência Especial de Financiamento do Banco do Brasil). O Banco do Brasil segundo Ventura (1979) era a :
" única organização existente capaz de arcar com financiamento desse montante. ... Os acionistas , sentindo o risco do empreendimento , de longa maturação , começaram , em grande parte , a recusar seu concurso na realização de suas obrigações de subscritores . De 1945 a 1949 , o pagamento das obrigações dos acionistas atingira , com muito custo , o total de 42 milhões de cruzeiros , sem grandes esperanças quanto à realização do saldo de 22 milhões . Graças a aumentos do financiamento é que a Companhia prosseguiu nas obras e nas instalações dos equipamentos , mas em marcha lenta , ou melhor, na medida em que os recursos iam sendo obtidos. "(pg.66/68).

Começava a manifestar-se a debilidade financeira do setor privado nacional quanto à participação em iniciativas de grande porte . O agravamento da crise financeira a partir de 1949/50 colocou em risco o projeto de implantação da ACESITA levando inclusive o presidente Dutra a interceder junto ao Banco do Brasil , exigindo uma solução imediata para o caso.

Decidiu-se que o Banco do Brasil se tornaria acionista

majoritário da empresa, suplementando o capital de 64 milhões e subscrevendo mais 136 milhões, na expectativa de que os demais acionistas bancassem os 22 milhões faltantes. Como isto não ocorreu, o Banco se viu obrigado a assumir estas frações não pagas.

Durante o governo Vargas a ACESITA ainda não estava operando de forma regular, mas apresentava dificuldades para manter seu Capital de Giro. Entre vender a empresa ou continuar os investimentos, optou-se pela segunda opção, implementando-se um plano de expansão da usina e de enobrecimento da sua linha de produtos. Foi então em setembro de 1951 que a Companhia iniciou sua produção de aço e, a partir de novo aporte financeiro do Banco do Brasil em 1952, a empresa entrava em ritmo normal de produção.

Este breve histórico da ACESITA coloca em evidência o caráter involuntário de sua "estatização". Como afirma Reis de Queiroz (1987): "... Pode-se mesmo afirmar que o Banco (do Brasil) nunca desistiu da idéia de se livrar do empreendimento, apenas postergando sua ação pela falta de interesse do setor privado por assumir seu controle acionário ou pelas consequências de se desativar um projeto considerado, inclusive, como sendo de 'segurança nacional'... O processo reflete muito mais as contradições de um projeto governamental, cujo conteúdo industrializante era cada vez mais nítido, e um setor privado estruturalmente débil e incapaz de arcar com os investimentos correspondentes, o que abria espaço para o capital estatal e estrangeiro. " .

II.2 ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRO DA ACESITA

II.2.1 METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

As fontes de dados para análise foram os balanços da ACESITA de 1980 a 1989 , que podem ser observados no Anexo Estatístico .

Foram utilizados para o exame do desempenho da ACESITA os seguintes indicadores econômico - financeiros; abaixo relacionados :

1) INDICADORES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL

a) Indicador 1 : Grau de Endividamento

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível de Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

b) Indicador 2 : Participação de Capital de Terceiros sobre o Capital Total

$$\frac{\text{Cap. Terceiros}}{\text{Capital Total}} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Passivo Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

c) Indicador 3 : Participação da Dívida de Curto Prazo no Endividamento Global

$$\frac{\text{Dívida de Curto Prazo}}{\text{Endividamento Global}} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Total}}$$

2) INDICADORES DE LIQUIDEZ

a) Indicador 1 : Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) Indicador 2 : Liquidez Seca

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) Indicador 3 : Liquidez Imediata

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3) INDICADORES DE RENTABILIDADE

a) Indicador 1 : Margem Líquida

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

b) Indicador 2 : Grau de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido}}{=} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

4) GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

a) Indicador 1 : Grau de Alavancagem Financeira

$$\frac{\text{Grau de Alavancagem Financeira}}{=} = \frac{\text{Lucro antes de Juros e Impostos}}{\text{Lucro antes do I.Renda}}$$

5) INDICADOR DE ROTAÇÃO

a) Indicador 1 : Coeficiente de Rotação

$$\text{Coeficiente de Rotação} = \frac{\text{Receita Op. Líquida}}{\text{Ativo Circ. Oper.} + \text{Realiz. L.P. Oper.}}$$

Para estabelecer estas relações , foi necessário corrigir dos efeitos inflacionários os dados da empresa, apresentados originalmente em valores correntes. O ano de 1989 foi escolhido como base de ajustamento , sendo escolhida como unidade-padrão de cálculo dos valores o Cruzado em milhares. A manutenção do milhar foi feita para que muitos dados não fossem desprezados na análise.

O deflator utilizado foi o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP - DI), por ser o índice mais adequado para proceder à atualização dos valores patrimoniais correntes de empresas do tipo da ACESITA. Ano a ano , os números utilizados foram estes :

ANOS	VARIAÇÃO ANUAL	IGP-DI	ÍNDICE CORREÇÃO
1980		0,532	239.851,17
1981	95,11%	1,048	122.929,50
1982	99,81%	2,074	61.524,02
1983	210,95%	6,449	19.786,14
1984	223,77%	20,880	6.111,15
1985	235,11%	69,970	1.823,65
1986	65,04%	115,480	1.104,96
1987	415,83%	595,680	214,21
1988	1.037,60%	6.776,456	19,00
1989	1.782,90%	127.593,890	1,00

Procedeu-se ainda há uma correção adicional do Ativo Imobilizado levando-se em conta também , além do IGP-DI , a variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), de acordo com os seguintes percentuais :

ANOS	VALOR DA OTN DE DEZEMBRO (em CZ\$)	VARIAÇÃO ANUAL
1980	0,71	
1981	1,38	95,57%
1982	2,73	97,76%
1983	7,01	156,58%
1984	22,11	215,28%
1985	70,61	219,37%
1986	119,49	69,22%
1987	522,99	337,69%
1988	4.790,88	816,06%
1989	88.573,79	1.748,80%

II.2.2 ANÁLISE DO PERÍODO 1980-1989

II.1) INDICADORES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL

ANOS	Grau Endiv.	Cap.Ter/Tot	Div.CP/Tot
1980	3,90	0,80	0,55
1981	-120,71	1,01	0,51
1982	- 14,04	1,08	0,46
1983	1,65	0,62	0,19
1984	0,99	0,50	0,17
1985	0,93	0,48	0,28
1986	0,78	0,44	0,45
1987	0,92	0,48	0,39
1988	0,80	0,44	0,46
1989	0,63	0,39	0,63

1) Grau de Endividamento

O grau de endividamento apresentado pela empresa durante a década de 80 registra uma tendência geral de bons resultados. Iniciando a década com o elevado índice de 3,90, exibia um quadro de razoável gravidade. Situação esta que se agrava consideravelmente em 1982 (-120,71) ! Sem dúvida, o pior desempenho de todos os anos em análise. Tal desempenho se verificou em parte pela reavaliação do Ativo Imobilizado, transformando o já baixo valor do Patrimônio Líquido em um valor negativo durante este ano e o ano seguinte, obrigando inclusive a empresa a proceder uma nova reavaliação de todo Ativo em 1983.

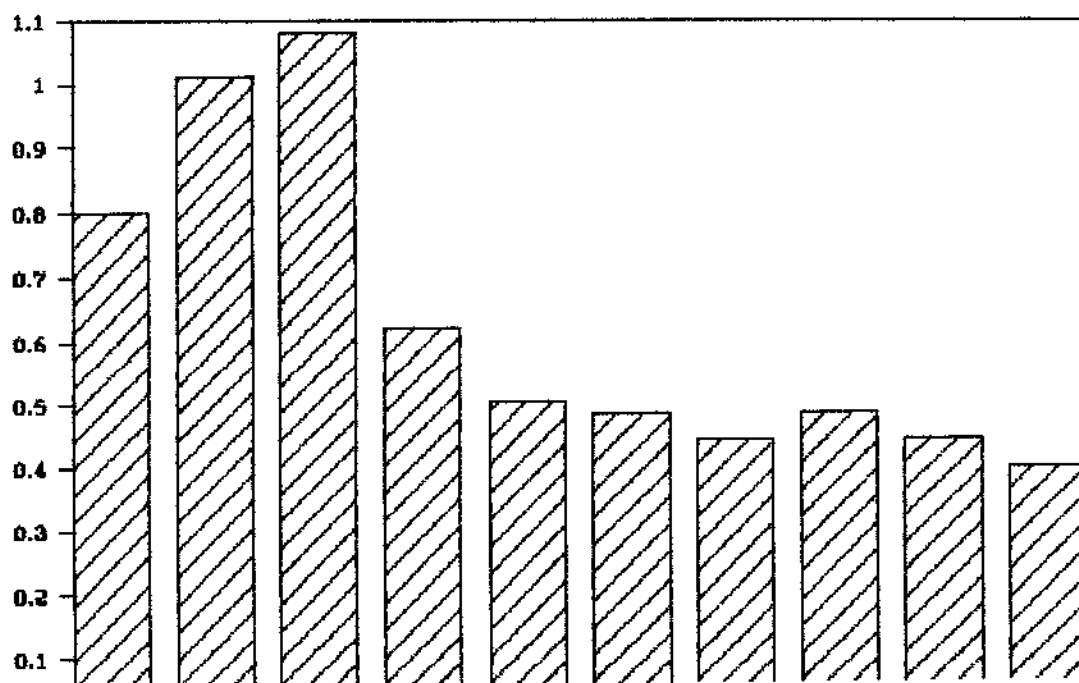
A partir de 1982 há uma reversão de tendência, com uma recuperação da sua capacidade de endividamento. Tal reação positiva é rompida brevemente em 1987 -

(0,92) , voltando a melhorar no ano seguinte, para fechar a década com o melhor resultado (0,63).

2) Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais

Observa-se aqui também um desempenho semelhante ao revelado pelo critério anterior. Um grau elevado de dependência de recursos de terceiros para financiar suas atividades já se apresenta em 1980 (7,8). Os dois anos seguintes potencializam em muito este resultado negativo, deixando evidente o estado de insolvência da empresa . Em 1983 o desempenho sofre uma melhora . Há quedas anuais no indicador até 1987 , chegando a apresentar em 1989 o melhor resultado (0,39).

CAPITAL DE TERCEIROS / CAPITAL TOTAL



3) Participação da Dívida de Curto Prazo no Endividamento Global

A situação de elevado grau de endividamento é agravada pelo fato de boa parte dela estar concentrada no curto prazo, como se pode ver por este indicador . Isto ocorreu em especial durante os anos iniciais e finais do período em exame.

Abre-se a década no patamar de 0,55 , passando-se para 0,51 em 1981. Esta queda no percentual de participação da dívida de curto prazo será mantida até 1984, ano de melhor resultado neste sentido (0,18). Os resultados positivos são interrompidos a partir de 1985, quando voltam a se elevar , exceto durante 1987 , para apresentar em 1989 o pior resultado da série (0,63).

A piora na composição dos prazos da dívida , em especial nos últimos anos, reflete a aceleração das taxas de inflação - debilitando as fontes de crédito de longo prazo , além de encarecer o crédito de curto prazo. Tais sintomas são verificados tanto no mercado de crédito interno como no mercado de crédito externo.

Desta forma, quanto ao endividamento de uma maneira geral, verificou-se uma progressiva melhora, ainda que não se tenha atingindo um grau plenamente satisfatório durante os últimos anos. As reavaliações de Ativo ocorridas principalmente a partir de 1983 , justificam em boa parte o movimento observado, aliado ao fato de o Banco do Brasil ter "inje-

tado substanciais somas de recursos. Melhora esta que se dá concomitante à elevação da dívida de curto prazo, nas quais se destacaram as Despesas Financeiras internas e externas.

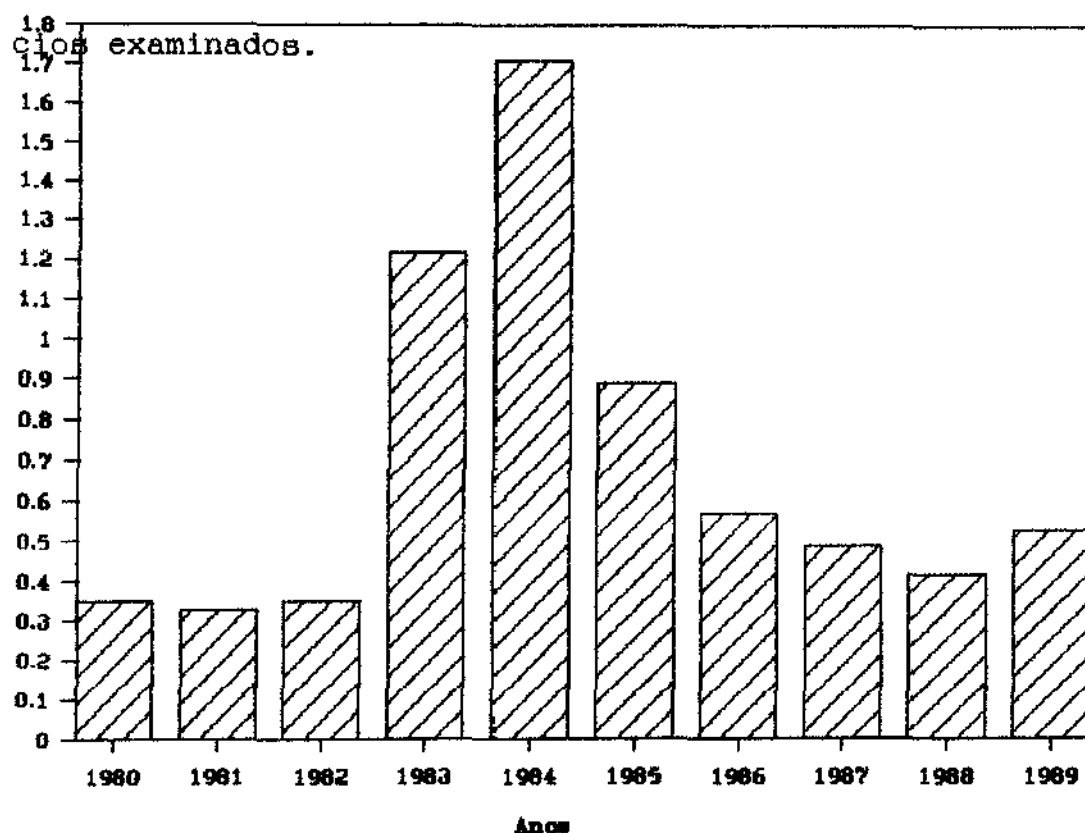
II.2) INDICADORES DE LIQUIDEZ

ANOS	Liqu. Corr.	Liq. Seca	Liq. Imed.
1980	0,35	0,18	0,03
1981	0,33	0,14	0,03
1982	0,35	0,19	0,05
1983	1,22	0,75	0,30
1984	1,71	1,11	0,12
1985	0,89	0,51	0,04
1986	0,57	0,32	0,04
1987	0,49	0,19	0,01
1988	0,42	0,16	0,00
1989	0,53	0,34	0,02

1) Liquidez Corrente

O índice de Liquidez Corrente apresenta durante os três primeiros anos da década uma tendência à certa estabilidade, em patamares não muito elevados. Esta situação se altera rapidamente nos anos de 1983 e 1984, que registraram os melhores quocientes de todo o período (1983=1,22 e 1984=1,71).

Os anos posteriores vão amargar quedas recorrentes, devido tanto a acréscimo no nível geral de preços (inviabilizando a manutenção de elevados valores em caixa); quanto à elevação das dívidas de curto prazo (como visto acima). Tais fatores vão interferir principalmente nos anos de 1987 e 1988; para chegar a apresentar em 1989 uma tímida recuperação, encerrando de forma ainda sofrível os exercí-



2) Liquidez Seca

O índice de Liquidez Seca ao eliminar os Estoques enquanto fonte de incertezas, fornece um parecer mais rigoroso quanto ao verdadeiro estado de liquidez da empresa. E aqui, tanto quanto no índice anterior, o comportamento tendencial é o mesmo : uma relativa estabilidade no início dos oitenta; com a acentuada recuperação do biênio 83/84 (vale destacar o índice de 1984, que permitia à empresa saldar todos os débitos de curto prazo sem maiores dificuldades); sucedida pela baixo estado de liquidez durante os quatro anos seguintes e pela breve recuperação final (0,34).

3) Liquidez Imediata

Este indicador apesar de não ser o mais adequado para avaliar a liquidez de uma empresa em períodos de altas taxas de inflação , além de não captar corretamente os diferenciais de prazos de pagamento no curto prazo, serve para reforçar a análise nos períodos de baixa inflação (como os do início da década de 80), sendo por isso aqui incluído.

Estas observações são ratificadas pelos próprios índices, como se pode notar : de 1980 a 1982 (anos de inflação reduzida), a estabilidade apresentada pelos dois indicadores anteriores reaparece , inclusive o "salto" de liquidez de 1983. Já em 1984 a situação se altera, quando o Disponível reduz sua relativa participação em mais de 50%. Como os dois indicadores de Liquidez acima analisados vão em sentido contrário , é possível perceber que o aumento geral de liquidez se deu através do crescimento de outros itens do Ativo Circulante (em especial através das Contas a Receber , como se pode ver através do Anexo Estatístico).

A queda na Liquidez Imediata iniciada em 1983 continua até 1988 - quando o Disponível quase se anula perante as dívidas do Circulante, para sofrer leve recuperação durante o exercício de final de década.

Foi possível verificar que quanto à liquidez de uma modo geral, a performance da empresa foi bastante sofrível, se salvando apenas os anos de 1983 e 1984. Vale dizer que fo-

ram anos que se beneficiaram diretamente do efeito da variação cambial ocorrida no período, afetando diretamente o montante de empréstimos em moeda estrangeira vencíveis a médio e longo prazo . Já que , apesar de representarem uma contrapartida mais volumosa em moeda nacional, sua renovação implicava num alongamento de parcelas significativas do Exigível Total , reduzindo-se proporcionalmente o peso do Passivo Circulante e desta forma , afetando os resultados de liquidez.

II.3) INDICADORES DE RENTABILIDADE

ANO	Marg. Líq.	Ret. P.L.
1980	- 0,14	- 0,17
1981	- 0,41	- 0,61
1982	- 0,79	-309,62
1983	0,41	0,15
1984	- 0,36	- 0,16
1985	- 0,42	- 0,21
1986	0,03	0,02
1987	- 0,60	- 0,39
1988	- 0,29	- 0,24
1989	0,03	0,02

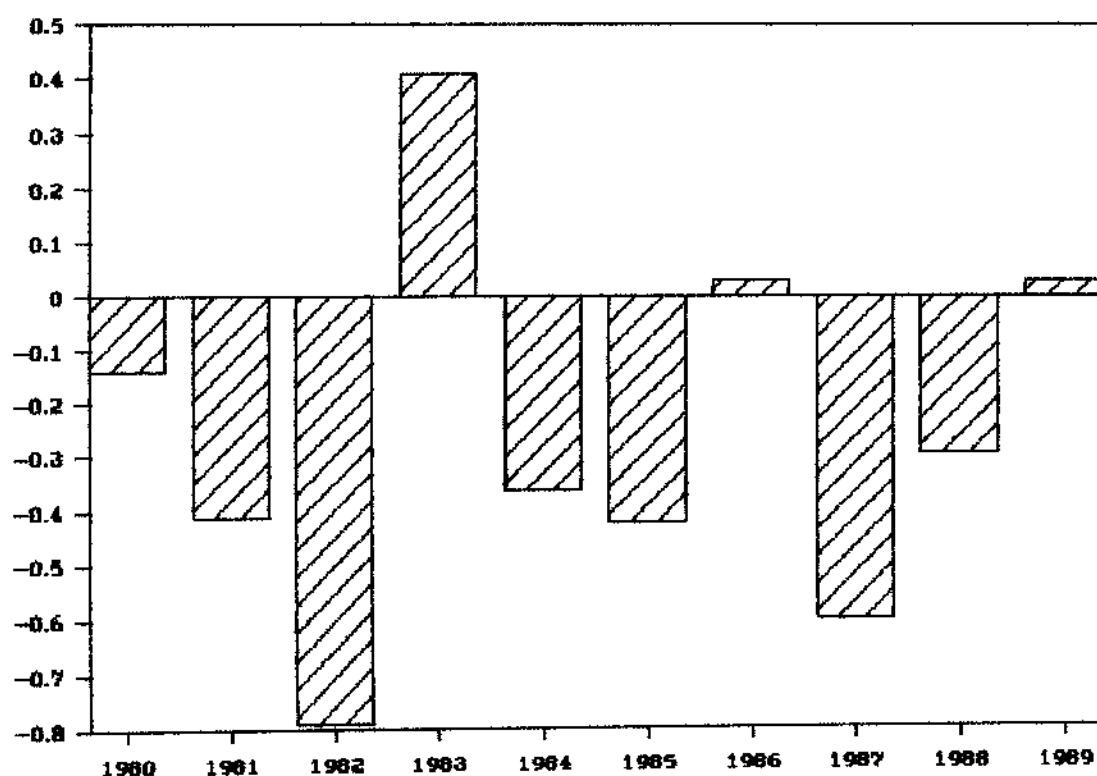
1) Margem Líquida

O somatório de vários resultados negativos vão se consubstanciar de forma plena nos indicadores de rentabilidade . Com exceção dos anos de 1983 , 1986 e 1989 (Ver Anexo Estatístico) ; todos os demais registraram prejuízos operacionais.

Quanto ao critério da Margem Líquida, a década começa com um resultado negativo de - 0,14 . Este número vai se elevar

rapidamente nos dois anos seguintes , chegando ao péssimo resultado de 1984 (-0,79).O ano 1983 aparece com um resultado surpreendente,quebrando a queda em curso. Mas este fato é efêmero, não se mantendo no biênio seguinte . Novamente surge infima recuperação no ano do Plano Cruzado , para logo a seguir surgir o segundo pior registro no decênio . A melhora de 1988 prossegue até 1989 , que é quando surge o terceiro resultado não negativo (0,02).

MARGEM LÍQUIDA



2) Grau de Retorno sobre o Patrimônio

Líquido

O mesmo comportamento errático do quociente anterior é novamente manifestado aqui : queda acentuada até 1982 ; brus-

ca recuperação no ano seguinte; movimentos contraditórios em 1984 e 1985 ; segundo resultado positivo em 1986 ; instabilidade no biênio seguinte ; e finalmente a recuperação de 1989 se dando na marca dos 0,02.

Vale salientar que os resultados negativos observados de 1980 a 1982 refletem a retração no mercado interno, cuja queda no item Receitas Operacionais confirmam um fenômeno que atingiu todo o setor siderúrgico nacional. O impacto de elevado grau de endividamento , a ocorrência permanente de altas taxas inflacionárias ,além da política de juros elevados durante boa parte do período, vão contribuir para esclarecer também esta sucessão de resultados desfavoráveis.

Os anos que apresentaram resultados positivos podem ser explicados , entre outras coisas, pelos seguintes motivos : a variação cambial auxilia o resultado de 1983 ; já 1986 quantifica a reação do mercado interno à época do Cruzado ; e 1989 reflete o esforço da empresa quanto a sua melhor saúde financeira - reduzindo-se gastos e procurando um melhor desempenho externo.



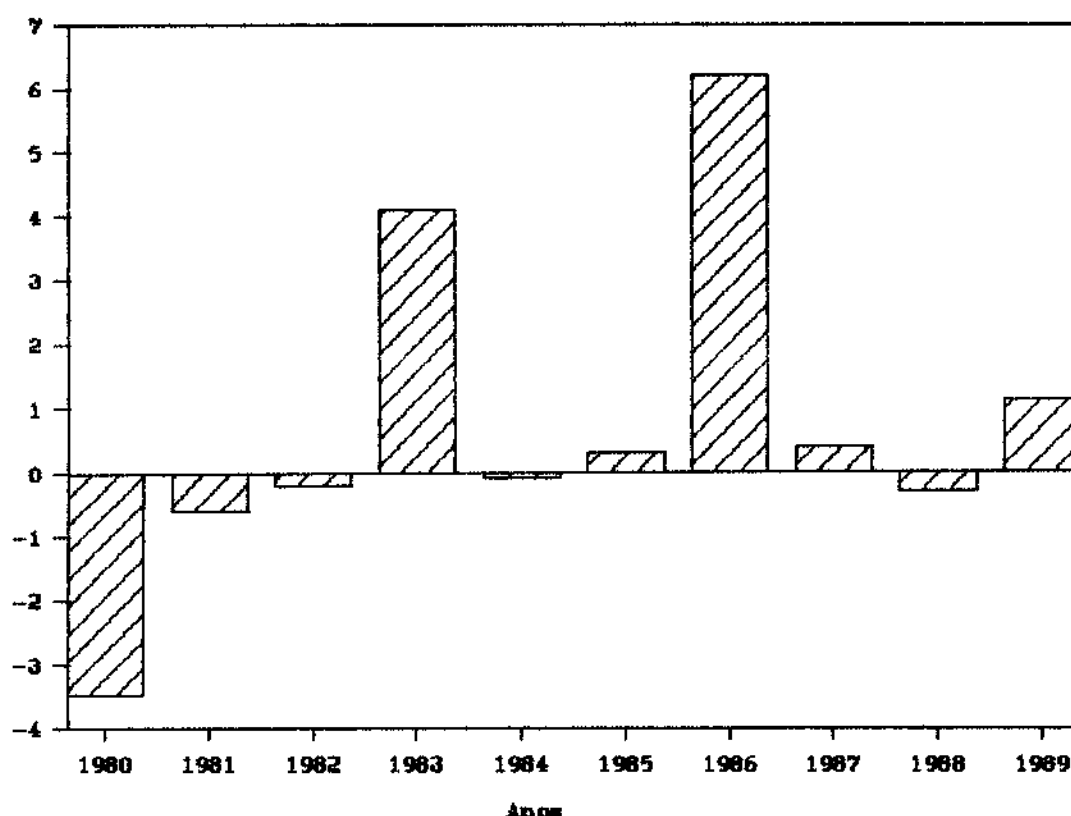
II.4) Grau de Alavancagem Financeira

ANOS	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
IND.	-3,5	-0,6	-0,2	4,1	-0,1	0,3	6,2	0,4	-0,3	1,1

Ao avaliar o desempenho da firma quanto ao sucesso de uma possível captação de recursos de terceiros no sentido de maximizar seus ganhos, os índices apresentados desestimulariam qualquer iniciativa nesta área no início do período em questão. Só a partir de 1983 é que a situação se torna mais favorável (4,126), se estabilizando após 1984 e atingindo sua melhor cifra em 1986 (6,191) - não por coincidência o ano do Cruzado , de juros baixos e crédito fácil.

O grau de Alavancagem Financeira apresenta a seguir uma queda , mantida até 1988 ; e em 1989 é atingida a cifra de 1,127. Nota-se assim, que de maneira geral, as condições de financiamento não se mostravam propícias a maiores ousadias por parte da firma.

GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

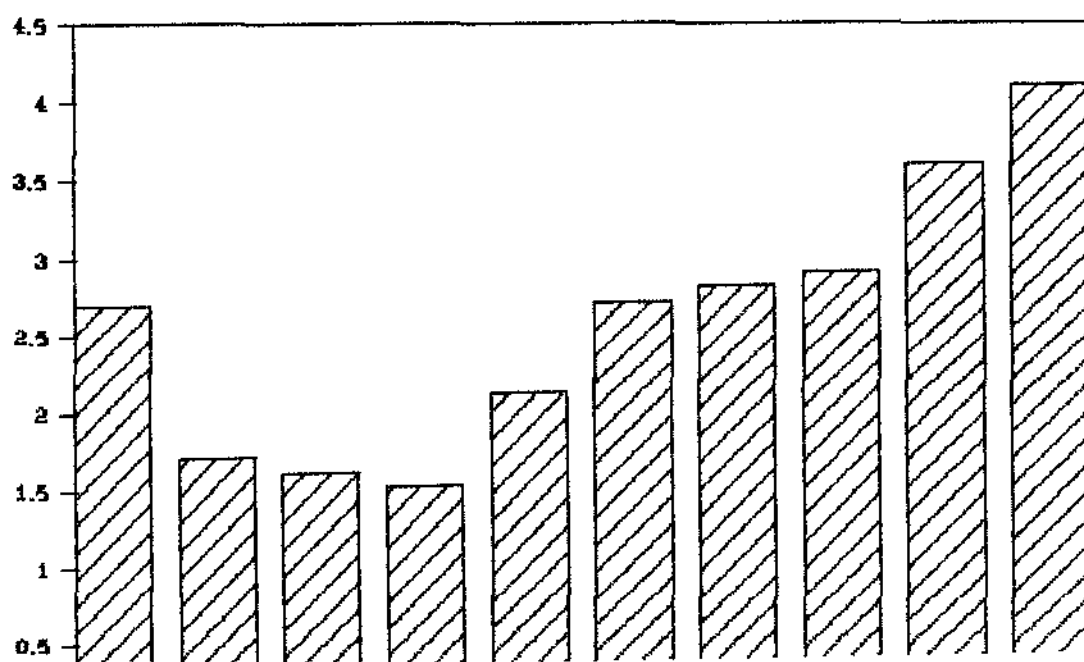


II.5) COEFICIENTE DE ROTAÇÃO

ANOS	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
IND.	2,7	1,7	1,6	1,5	2,1	2,7	2,8	2,9	3,6	4,1

Através deste indicador , verifica-se que a capacidade de renovação do seu Ativo Circulante e de Longo Prazo apresentou nos anos observados dois momentos distintos: se na primeira metade da década a tendência geral foi de certa estabilidade (algo em torno de 2,70 aproximadamente , nos índices de ponta) ,com valores mais baixos entre 1981 e 1984 ;o mesmo não ocorre na metade seguinte,onde a elevação na magnitude do indicador é marcante e acentuada . Esta tendência ascendente vai permitir que se chegue à marca de 4,11 em 1989.

COEFICIENTE DE ROTACAO



CONCLUSÃO

Como se pode verificar através da análise dos diversos indicadores, o resultado global da empresa não foi dos melhores - especialmente os relacionados à rentabilidade . Se não fosse o " auxílio " permanente do Banco do Brasil enquanto acionista majoritário , as dificuldades da empresa seriam de difícil superação . A ação do Estado também auxiliou de forma indireta , através do estímulo à busca do mercado externo como alvo prioritário para o escoamento da produção . Comparativamente à evolução da rentabilidade a situação patrimonial parece mais razoável .

Cabe dizer que os resultados negativos não foram privilégio exclusivo da ACESITA. Ao contrário, atingiram quase todas as empresas do setor .

As razões de tais acontecimentos se devem a fatores não só de ordem microeconômica , como também a fatores de ordem macroeconômica . Sendo a década de 80 marcada por períodos de recessão ou estagnação (excetuando-se a recuperação que culminou no Cruzado), a indústria de uma maneira geral sentiu os fortes impactos decorrentes da contração no ritmo da atividade econômica.

Nos primeiros anos examinados, estes efeitos são flagrantes , como se vê através da seguinte citação : "Sobre o setor siderúrgico, em particular , os efeitos seriam desastrosos . A produção total de laminados despencou 13,7% em 1981 e somente em 1984 ultrapassaria os níveis de 1980 - graças , principalmente , ao mercado externo , que absorveu

42,4% da produção em 1983 e 45,1% em 1984 (tendo absorvido apenas 11,9% em 1980). Em consequência , os resultados operacionais das empresas do setor tornaram-se , de maneira geral , negativos , contribuindo para agravar ainda mais - especialmente no segmento estatal - o quadro de desequilíbrio financeiro que se conformava desde os últimos anos da década de 70, com a deterioração da situação do balanço de pagamentos e o sobreendividamento forçado de grande parte das empresas do governo. " . Conforme continua ainda Reis de Queiroz (1987) : " O impacto da recessão não poderia deixar de refletir nos indicadores econômico-financeiros do setor. O primeiro dado a ser destacado é a violenta queda da receita líquida de 24,4% em 1981 em relação ao ano anterior , seguida de quedas sucessivas nos dois anos seguintes para somente em 1984 retomar a curva ascendente . " (pgs.101 e 113).

Esta situação dramática só vai ser superada a partir de 1983 , com as exportações dando um novo alento à siderurgia nacional : " ... as exportações de aços especiais , que flutuaram de modo errático ao longo da década de 70 e início da de 80, revelam um crescimento expressivo a partir de 1983,... ...Em 1983 e 1984 , as exportações atingiram 124.600 toneladas e 207.250 toneladas . respectivamente , o que equivale a 10,7% e 13,2% da produção , níveis bastante superiores à média de 4,7% do período 1972-1982 . " (Ainda Reis de Queiroz; pg. 110/111).

E é este impulso dado pelas exportações que fazem aparecer , no caso da ACESITA , o primeiro resultado positivo da

decada , no ano de 1983 .

Já a pequena melhora apresentada em 1986 , em termos de rentabilidade , corresponde não só ao desempenho das exportações ; como também significou a reação havida no mercado interno à época do Plano Cruzado .

Após o Cruzado , o nível de investimento do setor vai se manter em patamares baixos ; fato este , que aliado às constantes acelerações inflacionárias e aos sucessivos Pacotes econômicos , vão configurar uma situação de dificuldades cada vez maiores.

Dessa forma , o desempenho da ACESITA foi , sem dúvida alguma , marcado também pelas enormes limitações citadas acima . Por se tratar de um ramo da indústria diretamente vinculado às flutuações econômicas conjunturais , o setor como um todo pagou cara pelos resultados negativos mais globais. Isto não isenta o governo federal de assumir parte da culpa pelos resultados aferidos.

A ausência de uma política industrial claramente definida ; além de uma equivocada orientação em termos de política econômica , forçando deliberadamente boa parte das empresas estatais a contraírem financiamentos externos com objetivos de curtíssimo prazo , a despeito da saúde financeira das próprias empresas ; sem dúvida alguma muito contribuíram também para o insucesso de empresas como a ACESITA .

Esta situação é agravada pela precária situação do Estado, que foi um dos grandes estimuladores do desenvolvimento siderúrgico nacional .

A situação atual das as finanças públicas impossibilitam a curto prazo uma inversão da ordem de U\$ 2 bilhões sugeridas por Rico Vicente, e que comentamos no capítulo primeiro . No campo privado a situação parece não ser muito diferente , talvez não quanto ao potencial financeiro , mas sim quanto às incertezas colocadas , inviabilizando qualquer iniciativa de vulto .

Tentando enfrentar tais dificuldades , o governo optou por um processo de privatização no qual não foram definidos os objetivos mais gerais quanto ao próprio papel da ação estatal como um todo , dando a entender que a venda de importantes empresas estatais (como a USIMINAS) , visa a atender mais uma vez interesses políticos e econômicos mais imediatos . Não se percebe nenhuma definição clara que garanta um futuro mediato mais promissor não só para o setor siderúrgico , mas para todo o parque produtivo nacional .

Finalizando , é possível antever então que a situação futura da ACESITA não permite projeções muito otimistas, até porque sua própria razão social pode ser brevemente alterada neste processo de redefinição parcial da presença do Estado na vida econômica . Processo este que não consegue contudo superar uma antiga prática nacional , que se mantém desafiando o discurso de " modernidade " , que é a de se privatizar o lucro e socializar prejuízos .

BIBLIOGRAFIA :

- 1) "CONTABILIDADE INTRODUTORIA"
EQUIPE DE PROFESSORES DA USP
6a. EDICAO - EDITORA ATLAS
- 2) "ANALISE DE BALANCOS"
SERGIO DE IUDICIBUS
7a. EDICAO - EDITORA ATLAS
- 3) "SIDERURGIA NO BRASIL : O DESENVOLVIMENTO
DO SETOR DE ACOS ESPECIAIS"
TESE DE MESTRADO
AUTOR : SERGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ
IE / UNICAMP - 1987
- 4) REVISTA CONJUNTURA ECONOMICA
VOLUME 43 - N.1
31 DE JANEIRO DE 1989
- 5) JORNAL O ESTADO DE SAO PAULO
EDICAO DE 17/05/92
CADERNO DE ECONOMIA
- 6) REVISTAS DO CONSIDER
ANOS DE 1985 / 1988 E 1989

ANEXO
ESTADISTICO

